



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

18/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADORES.....	3
1.3. INSTITUCIONAL.....	4
2. JORNAL AQUI	
2.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. INSTITUCIONAL.....	7 - 10
3.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	11
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AVISO.....	12
4.2. CARTÓRIOS.....	13
4.3. COMARCAS.....	14
4.4. CORREIÇÕES.....	15
4.5. INSTITUCIONAL.....	16 - 17
4.6. SISTEMA CARCERÁRIO.....	18 - 24
5. JORNAL EXTRA	
5.1. INSTITUCIONAL.....	25 - 26
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CARTÓRIOS.....	27
6.2. INSTITUCIONAL.....	28 - 29
6.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	30
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CÂMARA CÍVEL.....	31
7.2. INSTITUCIONAL.....	32
7.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	33
7.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	34 - 38
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CARTÓRIOS.....	39
8.2. COMARCAS.....	40
8.3. EDITAL.....	41
8.4. FORAGIDOS.....	42
8.5. INSTITUCIONAL.....	43 - 50
8.6. JUIZADOS ESPECIAIS.....	51 - 52
8.7. JULGAMENTOS.....	53 - 55
8.8. SERVIDORES.....	56
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. CARTÓRIOS.....	57
9.2. COMARCAS.....	58
9.3. INSTITUCIONAL.....	59
9.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	60

CERIMÔNIA

Casamento comunitário e Mutirão da Previdência agitam Colinas



Casamento comunitário e Mutirão da Previdência agitam Colinas

Casamento comunitário e Mutirão da Previdência agitam a Comarca de Colinas na próxima semana. Para o casamento, no dia 23, mais de 500 casais já se inscreveram, informa o juiz Marcelo Oka, titular da comarca e à frente das duas iniciativas.

A cerimônia, que conta com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça na viabilização do buffet e de camisas temáticas, terá início às 19h, na Praça Dias Carneiro. Decoração, bolo e distribuição de brindes aos noivos estão na lista de atrações da festa.

Os juízes Mirella Freitas (Paraibano), Clenio Correa (São Domingos do Maranhão), Aureliano Ferreira (Sucupira do Norte), Silvio Nascimento (Pastos Bons), Marcelo

Moreira (Santo Antonio dos Lopes), Iran Kurban Filho (Passagem Franca) e Gisa Mendonça (Mirador) irão auxiliar Marcelo Oka na celebração dos casamentos.

Previdência - O Mutirão da Previdência (22 a 26 deste mês) prevê 238 audiências, das quais 30 em Colinas, 86 em São Domingos, 59 em Paraibano e 63 em Pastos Bons.

Constam nas audiências processos não-julgados no mutirão do mesmo tipo realizado em junho. Aposentadoria por invalidez, auxílio doença, salário maternidade e aposentadoria por idade dominam a pauta.

Para agilizar o trabalho, os juízes das quatro comarcas e o procurador do INSS Marcio Amorim participarão da ação.



► Juiz Marcelo Oka, da comarca de Colinas

TJ E A CERTIFICAÇÃO DIGITAL

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deu continuidade ontem, 17, na Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), com a entrega de certificados digitais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos juízes maranhenses. A previsão é que 227 magistrados de 1º grau recebam os “tokens” – dispositivos que têm a forma de um *pen drive* comum – a serem utilizados na assinatura de atos processuais em formato eletrônico.

A medida atende ao estabelecido na Meta 8 do CNJ que prevê o cadastramento de todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais. O setor de Informática e Automação do TJMA prevê que a certificação aumente a segurança, diminua o custo e o tempo de tramitação processual.

A Medida Provisória 2.200, de agosto de 2001, instituiu a validade jurídica de documentos eletrônicos e a utilização de certificados digitais como forma de validação. Apesar de ser uma tecnologia moderna, pautada na plataforma *on line*, a assinatura digital é uma forma segura e eficaz de garantir autoria de documentos eletrônicos, assim como ocorre nos documentos manuscritos.

Pleno aprova aumento salarial para servidores do Judiciário

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa desta quarta-feira (17), aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, desembargador Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionado do Poder Judiciário estadual. De acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3% (três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

◀ REVOLTA ▶

MAIS UMA EM PEDRINHAS

Falta de água persiste no Complexo Penitenciário e, revoltados e com sede, presos fazem baderna em duas celas. Governo manda caminhão-pipa e esfria os "ânimos" dos detentos antes do pior

POÍCIA 3

► FÚRIA EM PEDRINHAS**PRESOS DESTROEM****CELAS**

Princípio de rebelião voltou a agitar a Casa de Detenção, quando presos arrebutaram duas celas

**GILDEAN FARIAS
E MICHEL SOUSA**

Uma semana depois da rebelião que matou 18 detentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (Casa de Detenção, CCPJ, Presídio Pedrinhas, Penitenciária Feminina e Presídio São Luís) um novo tumulto chamou a atenção da Secretaria de Segurança Pública (SSP) na manhã desta quarta-feira, 17.

Presos da Casa de Detenção (Cadet) ficaram revoltados com a falta de água na prisão e para cha-

mar a atenção das autoridades competentes destruíram duas celas do complexo. Durante o protesto, os detentos subiram no telhado para fazer a manifestação.

O protesto é resultado de quatro dias sem água potável no presídio. O problema foi ocasionado porque a bomba de água teria quebrado o que comprometeu o abastecimento do local. O motivo da pane não foi descoberta até agora.

A Cadet tem capacidade para abrigar 410 presos, mas atualmente conta com 655. A Secretaria de Segurança

Pública informou que um carro-pipa foi providenciado para fornecer a água. O Batalhão de Choque da Polícia Militar também foi chamado para reforçar a segurança da Cadet.

Sobre a informação de que os detentos teriam quebrado as celas, a Assessoria de Comunicação da SSP disse que os presos apenas ficaram batendo nas grades para chamar a atenção e quebraram alguns cadeados. Com a situação controlada, as visitas foram novamente liberadas.

PLENÁRIAS E CÂMARAS

Tribunal sorteia juízes para compor sessões

O Pleno do Tribunal de Justiça sorteou ontem, 17, os juízes auxiliares de direito da comarca de São Luís, para compor quorum no plenário e nas câmaras reunidas e isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Conforme o artigo 77 do Regimento Interno do TJ, quando não for possível atingir quorum para julgamento no Plenário, nas câmaras reunidas e nas câmaras isoladas - e, no caso das câmaras reunidas e das câmaras isoladas, não for possível proceder à substituição na forma prevista nos artigos anterior-

res -, serão convocados juízes de direito.

Foram sorteados os magistrados José Edilson Caridade Ribeiro (6ª Vara da Fazenda Pública), Adinaldo Ataides Cavalcante (2º Juizado Especial Cível e Criminal), Luzia Madeiro Nepo-nucena (1ª Vara da Fazenda Pública), Josemar Lopes Santos (1ª Vara Cível) e Luís Pessoa Costa (12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo- João de Deus). Quando houver necessidade de quorum, a chamada será por ordem do sorteio, que será iniciado com o juiz José Edilson Caridade Ribeiro (6ª Vara da Fazenda Pública).

JUDICIÁRIO

Projeto extingue 289 cargos e estabelece critérios

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, em sessão administrativa ontem, 17, texto de anteprojeto de lei criando 41 cargos e extinguindo outros 289 nos quadros do Judiciário estadual. Também estabeleceu critérios para a concessão de gratificações de atividade e por produtividade dos servidores. O documento agora será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para votação.

A criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau é para suprir as comarcas ou varas que ainda não dispõem de um profissional com essa qualificação, conforme anunciado pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon. Tam-

bém serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA. O Tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O projeto de lei, de relatoria da vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o Tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo

ou vice-versa. A proposta enxuga, inicialmente, de 18 para 12 a quantidade de simbologias (níveis) de cargos comissionados, até serem reduzidas a 10, a partir de janeiro de 2012.

De acordo com a proposta, o Poder Judiciário também disporá, por meio de resolução do TJMA, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Pelo que estabelece a proposta, somente os servidores efetivos poderão optar pela gratificação mensal (GAJ) de 20% sobre o vencimento do cargo. A opção implicará obrigatoriedade da jornada de trabalho de oito horas diárias ou sete ininterruptas, e a execução de atividades diferenciadas de suas funções. O regime atual dos efetivos é de 6 horas ininterruptas. O aumento da jornada de trabalho atende a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem o objetivo de dar mais agilidade e celeridade às demandas judiciais.

Já a Gratificação por Produtividade será concedida anualmente a servidores efetivos e comissionados que cumprirem metas de produtividade fixadas pelo Tribunal. As unidades irão

concorrer entre si para alcançar e ultrapassar as metas, e os grupos mais eficientes deverão ser premiados com a gratificação, difundindo o trabalho em equipe e otimizando a eficiência no serviço público. A GPJ será paga na razão direta e proporcional ao alcance dos resultados.

Caso o projeto seja aprovado pela Assembléia Legislativa e sancionado pela governadora do Estado, as gratificações GAJ e GPJ serão implantadas gradualmente, condicionadas à disponibilidade orçamentária e regulamentadas por resolução do TJMA, obedecidos os limites de até um terço dos servidores em 2010, até dois terços em 2011, e até o total do quadro em 2012.

O projeto de autoria do

Judiciário ainda propõe a equiparação gradual dos salários dos secretários judiciais, atualmente com vencimentos proporcionais às entrâncias em que trabalham: inicial, intermediária e final. Os ocupantes dos cargos dos dois primeiros níveis terão aumentos diferenciados em quatro datas estabelecidas, até terem seus vencimentos equiparados aos de entrância final. A distinção mostrase indevida, não apenas pelo fato de o cargo ter as mesmas atribuições independentemente de entrância, mas também pela exigência do CNJ, que passou a exigir nível superior para todos os secretários judiciais.

JUDICIÁRIO

Pleno aprova aumento salarial para servidores

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa de ontem, 17, aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, desembargador Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual.

De acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3% (três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as

funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

Gedeon explicou que o objetivo da medida é repor as perdas salariais dos servidores decorrentes do processo inflacionário, de forma que o reajuste será retroativo a 1º de março de 2010. O projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa para apreciação e posteriormente à sanção governamental.

CASA NOVA

Juizado de Ribamar inaugura sede própria

O Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar inaugura sede própria às 16h de hoje, 18. As novas instalações passam a funcionar ao lado do fórum da comarca. Com a mudança ficarão suspensas as atividades na quarta e quinta. "Por dois dias ficarão suspensos os prazos processuais e as audiências designadas para essas datas", informa o juiz Marcelo Libério, titular do juizado.

Atualmente tramita no

juizado uma média de 2.000 processos virtuais e aproximadamente 600 processos físicos. O novo prédio (avenida Gonçalves Dias, 826) conta com salas de audiência, recepção, secretaria e gabinete do juiz. Ao todo, o imóvel tem oito dependências funcionais.

A interrupção momentânea de atividades foi informada à Corregedoria Geral da Justiça, TJMA, Coordenação dos Juizados Especiais e OAB-MA



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE ADIAMENTO

**CONCORRÊNCIA N° 11/2010
Processo n.º 20.261/2010**

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público, sob a égide da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, o **ADIAMENTO** da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Tipo MENOR PREÇO, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL para Reforma e Adequação do Prédio existente do Fórum Desembargador Sarney Costa e Obras Complementares de execução das instalações, forros, pisos, esquadrias e divisórias internas do prédio anexo, inicialmente marcada** para o dia **17/12/2010, às 09:30 horas (horário local)**, na **Sala da Comissão Permanente de Licitação**, no Prédio da Diretoria Administrativa, **Sala 03, Rua Joaquim Távora (Nazaré), n° 173, Altos, Centro, nesta cidade.**

Assim, a nova data para a **abertura da sessão pública** será dia **20/12/2010, às 09:30 horas (horário local)**, no mesmo local. As empresas interessadas poderão obter informações e consultar o Edital no local ou pelo telefone 098 3221-9514. Os interessados poderão **adquirir** o Edital completo através de CD-ROM ou PEN DRIVE, **mediante pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) emitido pelo Tribunal de Justiça, disponível na sala supracitada.**

São Luís, 17 de novembro de 2010.

NEWTON CELSO JORGE COSTA
Presidente da CPL - TJ/MA

Governo avalia a queda dos índices de sub-registro

Programa levado para mais de 30 municípios expediu 1.300 documentos este ano

Com cerca de 1.300 registros emitidos e mais de 30 municípios visitados, o Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania" (RCN), iniciativa do Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc), é um dos responsáveis pela queda dos índices de sub-registro no estado.

Para a coordenadora do RCN, Maria de Jesus Bezerra, os fatores que levaram o Estado a apresentar esses índices são reflexos de uma série de ações desenvolvidas para aumentar o acesso ao documento.

A coordenadora ressaltou também o Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania", que já atendeu mais de 30 municípios e emitiu cerca de 1.300 certidões em todo o Estado. "O RCN tem obtido sucesso por conta da integração dos órgãos parceiros como a Corregedoria Geral da União, secretarias municipais, prefeituras, cartórios e o Tribunal de Justiça", explicou Maria de Jesus.

Destaque - O Maranhão foi destaque em recente pesquisa realizada pelo IBGE sobre do índice de sub-registro de nascimento. Nos últimos 10 anos, o Estado apresentou a maior redução, onde o índice caiu de 76,6% para 25%.

Segundo ela, o RCN tem sido fundamental para a erradicação do sub-registro no Estado, pois ele vai muito além de realizar mutirões para emissão da certidão de nascimento. "Além de ações para a emissão do documento, o projeto cria nos município um Comitê Gestor, que tem por objetivo trabalhar de



A coordenadora Maria de Jesus Bezerra avalia o RCN no estado

forma permanente orientando a população e encaminhando aos cartórios aqueles que não possuem a certidão", enfatizou.

Até o momento, o RCN já capacitou 155 agentes e formou 15 comitês gestores municipais. Maria de Jesus destaca que os membros dos comitês, constituídos de agentes de saúde, funcionários das prefeituras, professores e sociedade civil, são capacitados por uma equipe de articulação da Sedihc para exercerem o papel de fiscalizadores, explicando a importância do documento e informando de que forma ele pode ser emitido.

Para a coordenadora, o Governo do Estado tem dado todo o apoio para que o Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania" possa alcançar sua meta, que é reduzir o sub-registro civil de nascimento no Maranhão para 8,5%. "A Sedihc está desenvolvendo esse trabalho com muito sucesso, inclusive somos referência em relação a execução dos mutirões, pois temos uma equipe de articulação estruturada e atuante", ressaltou Maria de Jesus Bezerra.

“

A criação de postos dentro das maternidades e a melhoria do acesso aos serviços cartoriais contribuíram muito para esse avanço que tivemos no Maranhão”

Maria de Jesus Bezerra,
coordenadora do RCN

CGJ instala projetos para a gravação de audiências

Já são 87 Varas do interior do Maranhão com o Teleaudiência e o Fala Audiência

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) instalou, este ano, projetos para acompanhamento e gravação de audiências em 87 Varas, abrangendo 64 comarcas estaduais. Em 22 varas do interior, o Teleaudiência e o Fala Audiência funcionam simultaneamente e recebem a aprovação de juízes, advogados e partes.

O Projeto Teleaudiência permite que acompanhem por monitores de vídeo o que for digitado nas audiências. A exposição dos textos na tela ocorre de forma simultânea ao processo de digitação, o que elimina a possibilidade de equívocos e interpretações errôneas. São 39 as Varas que contam com o programa.

O Fala Audiência, por sua vez, utiliza aparelho MP3, fone de ouvido e decodificador de voz para gravar o áudio dos julgamentos. O decodificador permite que o áudio seja convertido em texto, caso necessário.

Com o projeto, hoje integrado ao cotidiano de 48 varas, um juiz pode fazer dezenas de audiências diárias, o que seria impensável pelo método depoimento, interpretação e digitação.

O corregedor Antonio Guerreiro Júnior acompanhou em



Guerreiro Júnior observa Projeto Teleaudiência no interior do estado

parte a implantação dos projetos em viagens de inspeção a comarcas e faz planos para levá-los a todos os fóruns da Justiça antes do fim de sua gestão. "São idéias práticas, de baixo custo e que elevam a qualidade dos serviços judiciários", apontou.

O Teleaudiência é uma das principais ferramentas de trabalho da juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da Comarca de Cururupu. O sistema de gravação a auxilia na agilidade dos procedimentos. Com ele, a juíza está capacitada a cumprir média de oito audiências diárias, em nível de juizado, e mais de 20 na esfera criminal.

Instrumentos - Autor do Teleaudiência e do Fala Audiência, o assessor de Informática da Corregedoria, Arnaldo Lindoso, diz que eles não têm similar em características no Judiciário nacional. O assessor os desenvolveu aplicando os princípios eficiência, economia e simplicidade. "São projetos que podem ser operados por qualquer pessoa, após treinamento básico", disse.

A pedido de Guerreiro Júnior, o assessor também desenvolveu o JurisConsult, que possibilita consulta on line e instantânea da movimentação processual nas 108 comarcas estaduais.

Rápidas

As três varas
da Comarca
de Balsas, na
Região Sul,
passam por
correição
ordinária

TJ aprova projeto que cria, extingue cargos e estabelece gratificações

Aprovado ontem texto de anteprojeto que cria 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau; tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, em sessão administrativa ontem, texto de anteprojeto de lei criando 41 cargos e extinguindo outros 289 nos quadros do Judiciário estadual. Também estabeleceu critérios para a concessão de gratificações de atividade e por produtividade dos servidores. O documento agora será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para votação.

A criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau é para suprir as comarcas ou varas que ainda não dispõem de um profissional com essa qualificação, conforme anunciado pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA. O tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O projeto de lei, de relatoria da vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa. A proposta enxuga, inicialmente, de 18 para 12 a quantidade de simbologias (níveis) de cargos comissionados, até serem reduzidas a 10, a partir de janeiro de 2012.

De acordo com a proposta, o Poder Judiciário também disporá, por meio de resolução do TJ-



Biaman Prado

O presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, anuncia mudanças

MA, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio-alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Jornada - Somente os servidores efetivos poderão optar pela gratificação mensal (GA) de 20% sobre o vencimento do cargo. A opção implicará obrigatoriedade da jornada de trabalho de oito horas diárias ou sete ininterruptas, e a execução de atividades diferenciadas de suas funções. O regime atual dos efetivos é de seis

horas ininterruptas. O aumento da jornada de trabalho atende a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem o objetivo de dar mais agilidade e celeridade às demandas judiciais.

Já a Gratificação por Produtividade será concedida anualmente a servidores efetivos e comissionados que cumprirem metas de produtividade fixadas pelo Tribunal. As unidades irão concorrer entre si para alcançar e ultrapassar as metas, e os grupos mais eficientes deverão ser premiados com a gratificação, difundindo o trabalho em equipe e otimizando a eficiência no serviço público. A GPJ será paga na razão direta e proporcio-

Mais

Ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão será atribuída gratificação de representação, equivalente à diferença de vencimentos do cargo comissionado e do efetivo, acrescida de 40% do vencimento do cargo efetivo. Quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao do efetivo, a gratificação de representação será de 40% do vencimento do servidor.

nal ao alcance dos resultados.

Implantação gradual - Caso o projeto seja aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pela governadora do Estado, as gratificações GAJ e GPJ serão implantadas gradualmente, condicionadas à disponibilidade orçamentária e regulamentadas por resolução do TJMA, obedecidos os limites de até um terço dos servidores em 2010, até dois terços em 2011, e até o total do quadro em 2012.

O projeto de autoria do Judiciário ainda propõe a equiparação gradual dos salários dos secretários judiciais, atualmente com vencimentos proporcionais às entrâncias em que trabalham: inicial, intermediária e final. Os ocupantes dos cargos dos dois primeiros níveis terão aumentos diferenciados em quatro datas estabelecidas, até terem seus vencimentos equiparados aos de entrância final. A distinção mostra-se indevida, não apenas pelo fato de o cargo ter as mesmas atribuições independentemente de entrância, mas também pela exigência do CNJ, que passou a exigir nível superior para todos os secretários judiciais.

Concurso para juiz-substituto e servidor é regulamentado

Na sessão administrativa, ontem, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou os regulamentos dos concursos públicos para juiz-substituto de entrância inicial e servidor do Poder Judiciário no âmbito da Justiça de 1º grau. Os documentos contêm as regras a serem observadas quando da elaboração dos editais, ainda sem previsão de publicação.

Uma das inovações apresentadas pelo regulamento para o provimento de cargos efetivos é a forma de classificação dos candidatos, que passa a ser por comarca (1ª classificação) e por polo judicial (2ª classificação), cuja escolha deverá ser feita no ato da inscrição.

Assim, caso não existam mais vagas na 1ª comarca escolhida pelo candidato, esse poderá assumir em outra do mesmo polo, localizada em cidade próxima de sua opção inicial. Um exemplo prático é o do candidato que opte pela comarca de Alto Parnaíba, no polo de Balsas, na sua 1ª classificação. Não havendo mais vagas, poderá, ainda, optar por outra que também faça parte do polo inicial.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, assinalou que a mudança atende aos anseios dos juizes que, ao serem consultados, expressaram a preocupação com a redução de servidores nas comarcas.

De acordo com o regulamento, os candidatos farão provas escritas, de digitação e de títulos. Para o cargo de analista judiciário e para aqueles em que for exigida a esco-

laridade do nível fundamental não será realizada prova de digitação.

A divulgação do concurso será feita através de edital, expedido pelo presidente do Tribunal de Justiça, e publicado no Diário da Justiça, no site www.tjma.jus.br, e afixado nos fóruns das comarcas do estado.

Juízes - Já o regulamento do concurso para juiz substituto de entrância inicial exigirá sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico para os candidatos, este atendendo a uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os desembargadores Lourival Serejo, Cleones Cunha e Cleonice Freire sugeriram alterações que foram aprovadas pelo plenário. Entre as mudanças propostas está a que determina que os recursos interpostos pelos candidatos passem a ser julgados pela Comissão do Concurso do TJMA e não mais pela instituição responsável pelo certame.

O concurso será realizado em seis etapas, compostas de: uma prova escrita objetiva seletiva; duas provas discursivas; sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; uma prova oral; curso de formação e avaliação de títulos.

A duração do certame será de até 18 meses, a contar da inscrição preliminar até a homologação do resultado final. A íntegra da regulamentação será divulgada, em breve, no Portal do Judiciário.

Presídios

Além dos seus auxiliares e dos aliados Edison Lobão (PMDB) e Sarney Filho (PV), acompanharam a governadora Roseana Sarney na audiência com o ministro da Justiça o desembargador Raimundo Froz Sobrinho e o promotor Cláudio Cabral Marques.

Eles representam seus órgãos nos debates sobre as melhorias do sistema prisional maranhense.

Roseana garantiu no ministério recursos para construção de mais cinco presídios no Maranhão.

Sete detentos fogem de Pedrinhas

Três dos presos fugitivos já haviam sido recapturados, até o fechamento desta edição. A fuga aconteceu quando um policial militar deixou vazia uma guarita da Penitenciária de Pedrinhas. **Polícia 6**



Sete presos fogem por buraco em muro na Penitenciária de Pedrinhas

Até o fechamento desta edição, três presos já haviam sido recapturados; fuga, segundo a polícia, ocorreu após um policial militar deixar vazia uma guarita da unidade prisional; buscas são realizadas pelo Serviço de Inteligência da Polícia Militar

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Sete detentos da Penitenciária de Pedrinhas fugiram ontem à tarde. Segundo informações vindas de dentro do presídio, os internos teriam escapado depois que um policial militar deixou vazia uma das guaritas da unidade. Até o fechamento desta edição, três criminosos já haviam sido recapturados, em um matagal localizado aos fundos do Complexo Penitenciário.

A lista dos fugitivos foi divulgada poucas horas após a fuga. Os três recapturados foram identificados como; Paulo Roberto Soares Silva, Gilfrank Diniz, o *Me-ro Preto*; e João Paulo Soares da Silva, o *Paraíba*. Continuavam foragidos Clenilson Trindade de Sousa, o *Carequinha*; Francisco Gomes da Silva Junior, o *Junior Cagão*; Carlos André Rocha Velloso, o *Gugu da Brasília* e Pedro Junior Pereira, o *Magão* ou *Esfera*.

De acordo com informações extra-oficiais, os detentos teriam aproveitado a ausência do PM para fazer um buraco no muro de uma igreja evangélica, que fica dentro da unidade prisional. As buscas pelos fugitivos estão sendo diligenciadas por agentes do Serviço de Inteligên-



Homens da Tropa de Choque da Polícia Militar monitoram entrada principal da Cadet, onde houve motim

cia do Departamento Penitenciário e também por homens do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop). A fuga aconteceu depois de um princípio de motim, durante a manhã.

Motim - Presos da Casa de Detenção (Cadet) do Complexo Penitenciário de Pedrinhas tentaram destruir os portões de pelo menos duas celas, no início da manhã de ontem. O princípio de motim, segundo informações do Sistema Prisional, ocorreu porque os detentos não suportaram mais a falta de água na unidade, que já durava quatro dias. Agentes peni-

Mais

Detentos do Presídio de Segurança Máxima São Luís - parte do Complexo Penitenciário de Pedrinhas - que realizaram uma rebelião naquela unidade nos dias 9 e 10 deste mês, e que resultou na morte de 18 presos, também reclamaram da falta de água no presídio. Na ocasião, segundo eles, o líquido não era fornecido com regularidade há cerca de 25 dias, o que teria causado a revolta coletiva.

tenciários afirmaram ainda que o problema instalou-se há pouco mais de um mês, depois que a bomba, maquinário utilizado no abastecimento, queimou.

A fúria dos internos só foi contida depois que a Secretaria-Adjunta de Administração Penitenciária providenciou um caminhão-pipa, com 16 mil litros de água. “A bomba que fornece água para a Cadet está sem funcionar a um mês. Os carros-pipa são acionados, mas a entrega não é feita regularmente. O problema precisa ser resolvido de vez, senão pode acontecer aqui a mesma matança que houve no Presídio São Luís”, alertou o agente penitenciário Júlio César Mendonça, de 42 anos.

Outro problema que, de acordo com informações do próprio presídio, culminou na revolta dos detentos da Cadet, seria a superlotação. A unidade, conforme foi informado, teria capacidade para 400 presos, e atualmente abriga mais de 650 internos, distribuídos em 10 blocos. O princípio de motim também teria impedido que vários presos saíssem da unidade prisional para comparecer a algumas audiências, referentes a seus processos penais.

Por volta das 8h30, meia-hora após o início do motim, 21 policiais militares do Batalhão de Choque chegaram à Cadet e con-

seguiram controlar os presos. Na oportunidade, dezenas de familiares dos detentos, que se preparavam para o horário de visita, formaram uma extensa fila do lado de fora da unidade. A espera cansativa gerou revolta de alguns parentes, que também reclamaram do funcionamento da prisão.

Uma jovem, gestante de cinco meses, identificada como Daiane Pereira, de 19 anos, afirmou à equipe de O Estado que o marido - preso há um ano e oito meses por tráfico de drogas - sofreu um derrame na unidade e não teria recebido atendimento adequado. “Meu marido está ‘torto’ há 15 dias. O advogado pediu para que ele fosse atendido aqui fora, mas a direção só disponibilizou a enfermaria interna. Se ele morrer, vai ficar assim mesmo?”, questionou, indignada.

Depois de controlado o motim, o superintendente de Estabelecimentos Penais da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Clodomir Ribeiro, confirmou o problema, mas garantiu o reabastecimento de água na Cadet. “Realmente, estamos com a bomba queimada. Entretanto, todos os trabalhos de manutenção já estão sendo feitos. Enquanto o problema não for resolvido definitivamente, receberemos seis carros-pipa diariamente, dois em cada turno”, finalizou.

Roseana obtém recursos para novos presídios

Governadora garantiu, em audiência com o ministro da Justiça, recursos para cinco novos presídios. **Política 3**

Roseana garante verba para sistema prisional

Em audiência com o ministro da Justiça, governadora assegura a construção dos presídios de Pinheiro, Bacabal e mais três em regiões do estado ainda não definidas

Marco Aurélio D'Eça
Da editoria de Política

A governadora Roseana Sarney (PMDB) garantiu ontem, em audiência com o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, em Brasília, recursos para a construção de cinco unidades prisionais no Maranhão. Além de garantir a revalidação do convênio para construção do presídio de Pinheiro, ela assegurou verbas também para o de Bacabal e de outras três regiões do estado, que ainda serão definidas. Os convênios serão assinados em audiência na próxima sexta-feira.

Os recursos para construção do presídio de Pinheiro foram assegurados pelo Ministério da Justiça ainda no governo José

Reinaldo Tavares (PSB). No início do governo Jackson Lago (PDT), o dinheiro – cerca de R\$ 8 milhões – chegou a ser depositado na conta do governo maranhense, mas o governador nunca demonstrou interesse no projeto. “O recurso acabou tendo que ser devolvido, mas Roseana conseguiu assegurar a realização de um novo convênio”, explicou ontem o secretário de Comunicação, Sérgio Macêdo.

Também foi garantida a construção de uma dessas unidades prisionais, no município de Bacabal. “Os projetos atendem ao novo conceito de garantir a permanência do preso em sua própria região de origem”, explicou Macêdo.

Novo conceito - No encontro com o ministro, Roseana garantiu ainda a construção de outras

três unidades prisionais com capacidade para 240 presos cada uma. Este tipo de presídio atende aos conceitos de pequenas unidades, que têm menos riscos de rebeliões. O governo fará estudo para avaliação das regiões que melhor atendem às necessidades para construção das prisões.

Na audiência com Luiz Paulo Barreto, Roseana estava acompanhada do senador Edison Lobão (PMDB), do deputado federal Sarney Filho (PV), do desembargador Froz Sobrinho, do promotor Cláudio Cabral Marques e dos secretários Chiquinho Escórcio (Representação em Brasília) e coronel Francisco Vieira, chefe do Gabinete Militar. Ela permanece hoje em Brasília, onde tem audiência com ministros e conversas com a bancada maranhense no Congresso.

Divulgação



Com Sarney Filho, Lobão, desembargadores e promotor, Roseana conversa com o ministro Luiz Barreto

Comissão da Câmara em SL

Chegam hoje a São Luís quatro deputados que integram a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Eles virão analisar as causas da rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas que resultou na morte de 18 detentos e investigar os assassinatos do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu, o Bertin, e do quilombola Flaviano Neto.

Durante dois dias, os deputados federais Fernando Gabeira (PV-RJ), Domingos Dutra (PT-MA), Talmir (PV-SP) e Geraldo Thadeu (PPS-MG) estarão em São Luís para reuniões com autoridades ligadas ao sistema de segurança e com testemunhas de crimes ainda não solucio-

nados. Os parlamentares iniciarão os trabalhos com visita ao Complexo de Pedrinhas, onde terão reunião com o diretor do presídio e com o subsecretário de Assuntos Penitenciários, além de conversar com detentos.

Ainda na manhã de hoje, os deputados conversarão com o agente Jorge Henrique Pereira, acusado de ter levado armas para o interior do presídio e possibilitado a rebelião. À tarde, Gabeira, Dutra, Talmir e Geraldo Thadeu participam de audiência pública na Assembléia Legislativa com o secretário estadual de Segurança, Aluisio Mendes, juizes e membros do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Já à noite, os parlamentares terão reunião reservada com membros do sistema de segurança e testemunhas para tratar das investigações dos assassinatos do prefeito Bertin, do quilombola Flaviano Neto e do policial Paulino José Sodré, o cabo Sodré.

Amanhã, os membros da comissão se reúnem com os desembargadores Guerreiro Júnior, corregedor do Tribunal de Justiça, e Froz Sobrinho, encarregado de assuntos penitenciários pelo tribunal. Os membros da comissão de Direitos Humanos da Câmara concedem, em seguida, entrevista coletiva para esclarecer questões do sistema prisional do Maranhão.

AJUSTANDO A MAQUINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA EXTINGUE 289 CARGOS NO JUDICIÁRIO

PÁGINA 4

Tribunal de Justiça extingue 289 cargos no Judiciário

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa desta quarta-feira (17), aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual.

De acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3%; em 4,33% para as funções gratificadas e cargos de analista judiciário, oficial e comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de técnico judiciário e auxiliar judiciário.

Gedeon explicou que o objetivo da medida é repor as perdas salariais dos servidores decorrentes do processo inflacionário, de forma que o reajuste será retroativo a 1º de março de 2010. O projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa para apreciação e posteriormente à sanção governamental.

CARGOS - O TJ também aprovou nas sessões desta quarta-feira o texto de anteprojeto de lei criando 41 cargos e extinguindo outros 289 nos quadros do Judiciário. O anteprojeto estabeleceu critérios para a concessão de gratificações de atividade e por produtividade dos servidores. O documento agora será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para votação.

A criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de

1º grau é para suprir as comarcas ou varas que ainda não dispõem de um profissional com essa qualificação, conforme anunciado pelo presidente do tribunal, desembargador Jamil Gedeon. Serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJ. O órgão propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O anteprojeto de lei, de relatoria da vice-presidente Cleonice Freire, altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa. A proposta enxuga, inicialmente, de 18 para 12 a quantidade de simbologias (níveis) de cargos comissionados, até serem reduzidas a 10, a partir de janeiro de 2012.

De acordo com a proposta, o Poder Judiciário disporá, por meio de resolução, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

DESTAQUE

Ações de erradicação do sub-registro

O Maranhão foi destaque em recente pesquisa realizada pelo IBGE sobre do índice de sub-registro de nascimento. Nos últimos dez anos, o estado apresentou a maior redução, onde o índice caiu de 76,6% para 25%. O Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania" (RCN), iniciativa do Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc) é um dos responsáveis pela erradicação do sub-registro.

Para a coordenadora do RCN, Maria de Jesus Bezerra, os fatores que levaram o Maranhão a apresentar esses índices são reflexos de uma série de ações desenvolvidas para aumentar o acesso ao

documento.

"A questão da necessidade da certidão para participar de programas sociais dos governos, a criação de postos dentro das maternidades e a melhoria do acesso aos serviços cartoriais contribuíram muito para esse avanço que tivemos no Maranhão", destacou Maria de Jesus Bezerra.

"O RCN tem obtido sucesso por conta da integração dos órgãos parceiros como a Corregedoria Geral da União, Secretarias Municipais, Prefeituras, Cartórios e o Tribunal de Justiça", explicou Maria de Jesus.

Segundo ela, o RCN tem sido fundamental para a erradicação do sub-registro no

Estado, pois ele vai muito além de realizar mutirões para emissão da certidão de nascimento. "Além de ações para a emissão do documento, o projeto cria nos município um Comitê Gestor, que tem por objetivo trabalhar de forma permanente orientando a população e encaminhando aos cartórios aqueles que não possuem a certidão", enfatizou.

TJ aumenta salários, cria e extingue cargos

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual. **(Página 03)**

APROVADOS

TJ aumenta salários, cria e extingue cargos

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa de ontem, aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Ju-

diciário estadual.

De acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3%; em 4,33% para as funções gratificadas e cargos de analista judiciário, oficial e comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de técnico judiciário e auxiliar judiciário.

Gedeon explicou que o objetivo da medida é repor as perdas salariais dos servidores decorrentes do processo inflacionário, de forma que o reajuste será retroativo a 1º de março de 2010. O projeto será encaminhado à Assembléia Legislativa para apreciação e posteriormente à sanção governamental.

DIREITOS HUMANOS

Comitiva de deputados chega ao MA para investigar situação prisional

Brasília/DF - Uma comitiva composta por quatro deputados federais - Domingos Dutra (PT-MA), Dr. Talmir (PV-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ) e Geraldo Thadeu (PPS-MG) - chega ao Maranhão hoje (18) para investigar a situação prisional e alguns casos emblemáticos de assassinato ocorridos no estado.

A diligência é iniciativa de Domingos Dutra e foi aprovada na reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da última quarta-feira (10).

O motivo principal da visita foi a morte de dezoito detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, durante rebelião ocorrida na segunda e terça-feira (9) da semana passada. Além disso, a comitiva investigará três assassinatos considerados emblemáticos: Flaviano Neto (morto no último dia 30 de outubro), líder do quilombo Charco, no município de São Vicente

de Férrer; Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar (morto em março de 2007), então prefeito de Presidente Vargas, e Paulino José Sodré, conhecido como "Cabo Sodré" (morto em maio deste ano).

A agenda da diligência, que se restringirá à capital São Luís, prevê visita ao Complexo de Pedrinhas, audiência pública na Assembleia Legislativa e reuniões com autoridades públicas e testemunhas dos casos a serem investigados.

Para o deputado Domingos Dutra, a violência no Maranhão atingiu níveis elevados nos últimos meses e é preciso um esforço concentrado do poder público, em todos os níveis da federação, para que os problemas sejam combatidos e solucionados.

"Durante a CPI do Sistema Carcerário, o Complexo de Pedrinhas foi listado como uma das dez piores penitenciárias do Brasil. A carnificina que ocor-

reu agora era uma tragédia anunciada e se soma ao grande número de assassinatos ocorridos no interior do estado e capital neste ano, inclusive em crimes de pistolagem. Essa é uma questão de interesse público e assim deve ser tratada, independentemente das posições partidárias e das relações entre governo e oposição, no âmbito estadual e nacional. Nesse contexto, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias deve desempenhar um papel importante, principalmente no acompanhamento e cobrança de implementação da Lei de Execução Penal e das recomendações de CPIs sobre o assunto", declarou o parlamentar, que foi relator da CPI do Sistema Carcerário, realizada entre 2007 e 2008.

■ Operação desnecessária

A UDI Hospital, por decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, se livrou de uma multa de R\$ 30 mil, decidida em primeira instância, a título de danos morais a um paciente que alega ter sido submetido a uma cirurgia desnecessária, já que após a operação ter ficado constatado que nascera sem veícula bilar, que teria sido extraída por um médico.

AUMENTO NO TJ

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou ontem projeto de lei proposto pelo presidente Jamil Gedeon, que reajusta os valores da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados daquele poder. Os cargos comissionados ganharam reajuste de 3%; as funções gratificadas, 4,33%; e analista judiciário, oficial e comissário de Justiça, 5%.

O Tribunal de Justiça entrega hoje às 16h, a sede própria do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, que passa a funcionar ao lado do Fórum da comarca, na Avenida Gonçalves Dias.

■ **Estarão presentes na solenidade de reinauguração o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza e o juiz titular do juizado, Marcelo José Amado Libério.**



MASSACRE DE PRESOS, CASO BERTIM E ASSASSINATO DE LAVRADOR NA MIRA DA COMISSÃO DA CÂMARA

PÁGINA 2

CÂMARA

Comitiva visita Pedrinhas

A comitiva de quatro deputados que investiga as causas da rebelião de Pedrinhas desembarca hoje em São Luís e cumpre uma extensa agenda de compromissos. A vinda da comissão ao Estado foi proposta pelo deputado Domingos Dutra (PT-MA) para analisar as causas da rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que resultou na morte de dezoito presos nos dias 8 e 9 de novembro.

A agenda de compromissos da comissão se restringe à São Luís e prevê visita ao Complexo de Pedrinhas, audiência pública na Assembleia Legislativa e reuniões com autoridades públicas e testemunhas dos casos a serem investigados. A solicitação para a realização da viagem foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias na quarta-feira (10).

A comitiva, composta também pelos deputados Dr. Talmir (PV-SP), Fernando Gabeira (PV-RJ) e Geraldo Thadeu (PPS-MG), deve investigar ainda três assassinatos considerados emblemáticos: o de Flaviano Neto (morto em novembro), líder do quilombo Charco, localizado no município de São Vicente Ferrer; o de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar (morto em março de 2007), então prefeito de Presidente Vargas; e o de Paulino José Sodre, conheci-

do como "Cabo Sodré" (morto em maio deste ano).

A visita ao complexo Penitenciário de Pedrinhas está prevista para começar às 8:00 hs da manhã. Os deputados também pretendem visitar o agente penitenciário Jorge Henrique Rabelo Pereira, preso sob acusação de ter facilitado a chegada das armas até os detentos.

No período da tarde, os deputados integrantes da comitiva realizam audiência na Assembleia Legislativa para debater o caso da rebelião de Pedrinhas. Foram convidados a participar da audiência, o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, César Bombeiro, o presidente da OAB-MA, Mário Macieira, a Procuradora Geral de Justiça, Fátima Travassos e o secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes.

À noite, serão realizadas reuniões reservadas com o delegado responsável pelo inquérito que apura a morte do líder quilombola Flávio Neto. Também está agendada uma reunião reservada com a irmã do Cabo Sodré e uma terceira reunião com promotor que cuida do caso do assassinato do prefeito de Presidente Vargas, Bartolomeu dos Santos Aguiar, o Bertin, crime ocorrido em 2007. Na ocasião será ouvida também a testemunha do assassinato.



GABEIRA É UM DOS DEPUTADOS INTEGRANTES DA COMITIVA

PRESOS VOLTAM A SACUDIR PEDRINHAS

Palco de recente rebelião sangrenta, o caldeirão que é o Complexo Penitenciário de Pedrinhas voltou a ferver ontem. Reclamando falta d'água que, segundo os detentos, durava por cinco dias, presos do Cadet (Casa de Detenção) promoveram uma baderna durante a manhã. À tarde, sete detentos cavaram um túnel em baixo da guarita número 2 que estava sem policiamento e fugiram. Um agente que estava na guarita ao lado tentou impedir, atirando, mas a arma dele não funcionou. Três presos tinham sido capturados até o fechamento desta edição e o problema d'água parcialmente sanado.

PÁGINA 14

Pedrinhas se agita, de novo

Princípio de motim por falta d'água em dia de visita e fuga de sete detentos trazem à tona temor por nova rebelião na penitenciária, como a da semana passada, que matou 18

SANDRA VIANA

O clima de tensão voltou a rondar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ontem, duas ocorrências quebraram a rotina, alertando para o barril de pólvora que representa o Complexo. Pela manhã houve um princípio de rebelião na Casa de Detenção (Cadet). O motivo seria a falta de água no prédio, problema que se estendia há cinco dias, segundo os agentes. A falta de água também foi causa do protesto que culminou em uma violenta rebelião onde 18 detentos foram mortos, no último dia 6.

Gênios acalmados e reservatórios abastecidos, à tarde, quando tudo parecia tranquilo, veio a notícia da fuga de sete presos da Penitenciária de Pedrinhas. Os detentos fizeram um buraco no muro, abaixo da guarita número dois, que estava sem policiamento, e fugiram. O último detento escapava quando o policial de outra guarita, há cerca de 10 metros, notou a fuga. O policial ainda tentou impedir usando o fuzil, que não funcionou. No final da tarde a direção do presídio fazia levantamento dos fugitivos. Três foram recapturados: Gil Frank Diniz, o "Mero Preto"; João Paulo Soares da Silva, o "Paraíba" e Paulo Roberto Soares Silva, o Paulo ou Roberto. Permanecem foragidos Carlos André Rocha Veloso, o "Gugu de Brasília"; Clenilson Trindade de Sousa, o "Carequinha"; Francisco Gomes da Silva Junior, "Junior Cagão"; e Pedro Junior Pereira, o "Magão" ou "Esfera". Os presos integravam o sistema semi-aberto. Os crimes e as idades não foram revelados pela Secretaria de Estado de Segurança (SSP).

À noite, o secretário da SSP, Aluísio Guimarães, reuniu com o secretário adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Se-

rejo, para tratar da falta de água, das fugas e do princípio de rebelião no Complexo. Está sob apuração a identidade do policial que não estava no posto durante a fuga. A polícia ainda procura os outros quatro detentos foragidos. A facilidade da fuga fez a SSP tomar medidas contra atitudes negligentes. "Caberá ao secretário decidir", disse João Serejo. Durante a reunião não foi citado nomes de servidores a serem afastados, mas o secretário não descartou rever a atuação do quadro de funcionários. Quanto aos problemas que vêm ocorrendo no Complexo desde o último mês, Serejo pontuou ser comum no período de final de ano. Segundo ele, os detentos ficam eufóricos para sair do presídio e ter contato com os parentes. No entanto, a fuga ocorreu na Penitenciária de Pedrinhas, onde os presos estão no regime semi-aberto e com chances de receber indultos, como o de Natal, por exemplo.

Sem água

O problema de falha no abastecimento de água do Complexo se dá há pelo menos dois meses. Quem afirma é o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Maranhão (Sindspem), Cesar Castro Lopes, o César Bombeiro. Uma bomba, que atende todo o Complexo, estaria quebrada. O conserto custaria R\$ 2 mil, mas, em lugar de fazer a troca do equipamento defasado, há apenas reparo, acusa César Bombeiro. Para evitar problemas de abastecimento, enquanto não há conserto definitivo, um carro pipa proverá o local três vezes ao dia. Ontem era dia de visita para os detentos, que se indignaram por estar cinco dias sem água. Houve início de tumulto com batidas nas grades e muita gritaria, mas tudo foi controlado pelos agentes. Na ocasião, trabalhavam

no bloco dois agentes penitenciários e cinco monitores. Por volta das 10h, o tumulto estava sanado e as visitas foram abertas.

A bomba que queimou na Casa de Detenção (Cadet) deve volta a funcionar hoje. Enquanto isso, o prédio recebe dois carros pipas a cada turno. Também hoje, uma equipe da Caema estará na Cadet para fazer levantamento de material e planejar as obras. O prédio vai receber rede de água diretamente do Sistema Italuís, que servirá de reforço ao poço abastecedor. A ligação da rede de água servirá de alternativa quando ocorrer problemas na distribuição via poços. "Não vamos desativar os poços porque eles garantem que a água não falte", pontuou o secretário adjunto.

A bomba do poço sofreu curto circuito devido à última chuva. Segundo Serejo, o equipamento era novo. O secretário adjunto desmente ainda que o prédio ficou sem água por cinco dias. O que ocorreu, explica, foi um atraso no reabastecimento dada a distância a ser percorrida pelo carro-pipa. As obras da Caema devem ser concluídas no fim deste mês. As outras quatro unidades do Complexo não tiveram problemas na distribuição de água. O sistema de poço que atende ao Complexo ultrapassa os dez anos, daí, problemas no equipamento são previsíveis, pontua Serejo.

Rebelião

Prosseguem as investigações sobre a rebelião do Presídio São Luís. A polícia trabalha para identificar mais envolvidos a partir do cruzamento de ligações feitas de fora para o presídio no dia da rebelião. Também vem sendo apurado a conduta de outros servidores do sistema sob os quais pesam suspeitas. O superintendente de Polícia Civil da capital, Sebastião

Uchoa, lembra ser amplo o sistema e quase impossível prevê ações criminosas por parte de servidores. Por outro lado, o secretário Aluísio Guimarães pontuou que, "todas as medidas cabíveis vem sendo tomadas". O secretário desmentiu ainda informações de desvio de função do servidor suspeito, que sendo do administrativo atuaria como agente penitenciário. "Por estar dentro do presídio ele tinha acesso aos detentos, mas não trabalhava como agente penitenciário", afirma Mendes.

O funcionário envolvido com a facilitação de armamento aos presos, Jorge Henrique Rabelo Pereira, conhecido como 'Seu Jorge', é agente administrativo do Sistema Penitenciário e está preso desde o último sábado. Somado ao inquérito policial, 'Seu Jorge' responderá a processo administrativo aberto pela Secretaria de Segurança e corre o risco de ser exonerado da função, que exercia a mais dez anos no sistema penitenciário.

O Complexo Penitenciário de Pedrinhas tem hoje cerca de 280 agentes para quase três mil detentos. Durante a CPI do Sistema Carcerário, o Complexo foi listado como uma das dez piores penitenciárias do Brasil. A carnificina que ocorreu agora era uma tragédia anunciada, pontuou o deputado Domingos Dutra, que foi relator da CPI do Sistema Carcerário, realizada entre 2007 e 2008. Uma comissão de deputados federais que chega hoje à São Luís, vai investigar as circunstâncias da rebelião, reclamações dos detentos, precariedade do sistema. A comissão se ocupará ainda de outros três assassinatos envolvendo um líder do quilombo Charco, no município de São Vicente de Ferrer; do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar; e a morte de do policial militar Paulino José Sodré, o 'Cabo Sodré'.

Maranhão é destaque em ações de erradicação do sub-registro

O Maranhão foi destaque em recente pesquisa realizada pelo IBGE sobre do índice de sub-registro de nascimento. Nos últimos dez anos, o estado apresentou a maior redução, onde o índice caiu de 76,6% para 25%. O Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania" (RCN), iniciativa do Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc) é um dos responsáveis pela erradicação do sub-registro.

Para a coordenadora do RCN, Maria de Jesus Bezerra, os fatores que levaram o Maranhão a apresentar esses índices são reflexos de uma série de ações desenvolvidas para aumentar o acesso ao documento. "A questão da necessidade da certidão para participar de programas sociais dos governos, a criação de postos dentro das maternidades e a melhoria do acesso aos serviços cartoriais contribuíram muito para esse avanço que tive-

mos no Maranhão", destacou Maria de Jesus Bezerra.

"O RCN tem obtido sucesso por conta da integração dos órgãos parceiros como a Corregedoria Geral da União, Secretarias Municipais, Prefeituras, Cartórios e o Tribunal de Justiça", explicou Maria de Jesus.

Segundo ela, o RCN tem sido fundamental para a erradicação do sub-registro no Estado, pois ele vai muito além de realizar mutirões para emissão da certidão de nascimento. "Além de ações para a emissão do documento, o projeto cria nos municípios um Comitê Gestor, que tem por objetivo trabalhar de forma permanente orientando a população e encaminhando aos cartórios aqueles que não possuem a certidão", enfatizou.

Até o momento, o RCN já capacitou 155 agentes e formou 15 Comitês Gestores Municipais. Maria de Jesus destaca que os membros dos Comitês, constituídos de agentes de saúde, funcionários das pre-

feituras, professores e sociedade civil, são capacitados por uma equipe de articulação da Sedihc para exercerem o papel de fiscalizadores, explicando a importância do documento e informando de que forma ele pode ser emitido.

Para a coordenadora, o Governo do Estado tem dado todo o apoio para que o Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania" possa alcançar sua meta, que é reduzir o sub-registro civil de nascimento no Maranhão para 8,5%. "A Sedihc está desenvolvendo esse trabalho com muito sucesso, inclusive somos referência em relação a execução dos mutirões, pois temos uma equipe de articulação estruturada e atuante", ressaltou.

A coordenadora ressaltou também a importância do Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania", que já atendeu mais de 30 municípios e emitiu cerca de 1300 certidões em todo o Maranhão.

EM SÃO MATEUS

Adolescente acusa dono de farmácia de estupro

POR GABRIELA SARAIVA

Foi preso, na última segunda-feira (15), no município de São Mateus (a 180 quilômetros de São Luís), Carlos Tércio Rodrigues Portela, 27 anos. Dono de uma farmácia localizada no centro de São Mateus, Carlos Tércio é acusado de estuprar uma adolescente de 17 anos. O crime teria acontecido no dia 28 de outubro, e foi denunciado pela própria jovem, que era funcionária da farmácia.

De acordo com a polícia, após a denúncia da adolescente, o pedido de prisão do acusado foi encaminhado ao juiz da Comarca, Marco Aurélio Barrêto Marques, da Comarca de São Mateus, que decretou a prisão temporária de 30 dias de Carlos Tércio.

Conforme o relato da adolescente, Carlos Tércio teria aproveitado o horário de almoço e trancado a farmácia, ficando a sós com ela no interior do estabelecimento, ocasião em que consumou a violência sexual.

Carlos Tércio estava até ontem preso na Delegacia de São Mateus. No entanto, em função da falta de estrutura do local, que não garante a segurança do acusado, o delegado José Henrique Rodrigues de Sousa já solicitou sua transferência para Pedrinhas.

Segundo informações policiais, Carlos Tércio já responde a processo criminal, sendo apontado como um dos suspeitos de envolvimento nos incêndios criminosos de vários prédios públicos, após o anúncio dos resultados das eleições municipais de 2008.

A adolescente foi submetida a exames médicos numa clínica particular em Bacabal e num hospital de São Mateus, que comprovaram a violência sexual. O Conselho Tutelar de São Mateus está acompanhando o caso.



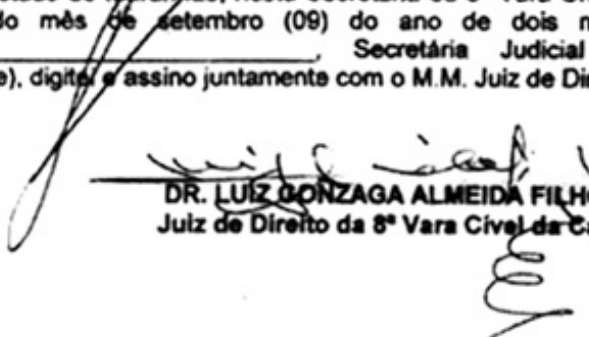
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
FÓRUM DES. SARNEY COSTA
8ª VARA CÍVEL COMÉRCIO E REGISTROS PÚBLICOS
Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Calhau, São Luís - MA. Tel: 2106-9696

EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DOUTOR **LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO**, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et coetera.

CITAÇÃO DOS REQUERIDOS: P NOGUEIRA BUNA VEÍCULOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 006.065.683/0001-41 e **EUGENIO S. FERREIRA SOBRINHO**, portador do CPF/MF n.º 459.829.023-49.

PROCESSO: n.º 34489/2009 – Ação: Monitória. OBJETIVO: **CITAÇÃO** da parte ré que encontra-se em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia reclamada, ou ofereça embargos, pena de constituir-se, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se este em mandado executivo, bem como para contestar a ação, tudo nos termos do art.s 1.102b e 1.102c, do CPC. **PRAZO DO EDITAL: 30 dias.** Autor: **BANCO SAFRA S/A**, pessoa jurídica de direito privado com agência nesta cidade, através do seu advogado Dr. Marcelo Ponte Ferreira de Souza, OAB/MA n.º 7504. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, aos vinte e três (23) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dez (2010). EU _____, Secretária Judicial (Anna Carolina Pinheiro Vale), digitei e assino juntamente com o M.M. Juiz de Direito.


DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

Foragido da Justiça é capturado



Joselino Vieira (foto), 32 anos, foi preso por investigadores do Departamento Estadual de Combate a Narcóticos (Denarc), no início da tarde de ontem, por volta das 14h. A prisão aconteceu na Rua Santo Antônio, nº 51, na Ilhinha, no Bairro do São Francisco.

Contra o acusado havia dois mandados de prisão expedidos pela Comarca de Alcântara, sendo um por sentença condenatória de três anos de reclusão pelo crime de tráfico de drogas, e outro mandado de prisão preventiva, pelo mesmo crime.

De acordo com a polícia, a prisão de Joselino aconteceu depois de investigações do Denarc, que descobriu que o acusado continuava praticando o crime de tráfico de droga, mas no momento da prisão não foi apreendida nenhum entorpecente com ele. Joselino foi encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas, onde deve permanecer à disposição da Justiça. (Por Valquíria Ferreira)

TJ aprova projeto que cria, extingue cargos e estabelece critérios para gratificações

O Tribunal de Justiça aprovou, ontem, em sessão administrativa, texto de anteprojeto de lei criando 41 cargos e extinguindo outros 289 nos quadros do Judiciário estadual. Também estabeleceu critérios para a concessão de gratificações de atividade e por produtividade dos servidores. **PÁGINA 4**

TJ aprova projeto que cria, extingue cargos e estabelece critérios para gratificações

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, ontem, em sessão administrativa, texto de anteprojeto de lei criando 41 cargos e extinguindo outros 289 nos quadros do Judiciário estadual. Também estabeleceu critérios para a concessão de gratificações de atividade e por produtividade dos servidores. O documento agora será encaminhado à Assembleia Legislativa para votação.

A criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau é para suprir as comarcas ou varas que ainda não dispõem de um profissional com essa qualificação, conforme anunciado pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon. Também serão criadas seis funções gratificadas para a comissão de sindicância do TJMA. O Tribunal propõe a extinção de 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista.

O projeto de lei, de relatoria da vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, altera a redação de artigos das leis n.º 8.032/

2003, n.º 8.727/2007 e n.º 8.715/2007, e acrescenta um artigo a esta última. Uma das normas autoriza o Tribunal a transformar, sem aumento de despesa, as funções gratificadas e os cargos de comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa. A proposta enxuga, inicialmente, de 18 para 12 a quantidade de simbologias (níveis) de cargos comissionados, até serem reduzidas a 10, a partir de janeiro de 2012.

De acordo com a proposta, o Poder Judiciário também disporá, por meio de resolução do TJMA, sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual de Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) aos servidores. Dentre os benefícios já concedidos aos servidores em geral, o auxílio alimentação mensal passará a ser estendido também aos estagiários.

Jornada – Somente os servidores efetivos poderão optar pela gratificação mensal (GAJ) de 20% sobre o vencimento do cargo. A opção implicará obrigatoriedade da jornada de trabalho de oito horas diárias ou sete ininterruptas, e a execução

de atividades diferenciadas de suas funções. O regime atual dos efetivos é de 6 horas ininterruptas. O aumento da jornada de trabalho atende a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem o objetivo de dar mais agilidade e celeridade às demandas judiciais.

Já a Gratificação por Produtividade será concedida anualmente a servidores efetivos e comissionados que cumprirem metas de produtividade fixadas pelo Tribunal. As unidades irão concorrer entre si para alcançar e ultrapassar as metas, e os grupos mais eficientes deverão ser premiados com a gratificação, difundindo o trabalho em equipe e otimizando a eficiência no serviço público. A GPJ será paga na razão direta e proporcional ao alcance dos resultados.

Implantação gradual – Caso o projeto seja aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pela governadora do Estado, as gratificações GAJ e GPJ serão implantadas gradualmente, condicionadas à disponibilidade orçamentária e regulamentadas por resolução do TJMA, obedecidos os limites de até um terço dos servidores em 2010,

até dois terços em 2011, e até o total do quadro em 2012.

O projeto de autoria do Judiciário ainda propõe a equiparação gradual dos salários dos secretários judiciais, atualmente com vencimentos proporcionais às entrâncias em que trabalham: inicial, intermediária e final. Os ocupantes dos cargos dos dois primeiros níveis terão aumentos diferenciados em quatro datas estabelecidas, até terem seus vencimentos equiparados aos de entrância final. A distinção mostra-se indevida, não apenas pelo fato de o cargo ter as mesmas atribuições independentemente de entrância, mas também pela exigência do CNJ, que passou a exigir nível superior para todos os secretários judiciais.

Ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão será atribuída gratificação de representação, equivalente à diferença de vencimentos do cargo comissionado e do efetivo, acrescida de 40% do vencimento do cargo efetivo. Quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao do efetivo, a gratificação de representação será de 40% do vencimento do servidor.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA REGULAMENTA CONCURSOS PARA JUIZ E SERVIDOR

PÁGINA 3

Tribunal de Justiça regulamenta concursos para juiz e servidor

Na sessão administrativa de ontem, 17, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou os regulamentos dos concursos públicos para juiz-substituto de entrância inicial e servidor do Poder Judiciário no âmbito da Justiça de 1º grau. Os documentos contêm as regras a serem observadas quando da elaboração dos editais, ainda sem previsão de publicação.

Uma das inovações apresentadas pelo regulamento para o provimento de cargos efetivos é a forma de classificação dos candidatos, que passa a ser por comarca (1ª classificação) e por polo judicial (2ª classificação), cuja escolha deverá ser feita no ato da inscrição.

Assim, caso não existam mais vagas na 1ª comarca escolhida pelo candidato, esse poderá assumir em outra do mesmo polo, localizada em cidade próxima de sua opção inicial. Um exemplo prático é o do candidato que opte pela comarca de Alto Parnaíba, no polo de Balsas, na sua 1ª classificação. Não havendo mais va-

gas, poderá, ainda, optar por outra que também faça parte do polo inicial.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, enfatizou que a mudança atende aos anseios dos juizes que, ao serem consultados, expressaram a preocupação com a redução de servidores nas comarcas.

De acordo com o regulamento, os candidatos farão provas escritas, de digitação e de títulos. Para o cargo de analista judiciário e para aqueles em que for exigida a escolaridade do nível fundamental não será realizada prova de digitação.

A divulgação do concurso será feita através de edital, expedido pelo presidente do Tribunal de Justiça, e publicado no Diário da Justiça, no site www.tjma.jus.br, e afixado nos fóruns das comarcas do Estado.

Juízes - Já o regulamento do concurso para juiz substituto de entrância inicial exigirá sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotéc-

nico para os candidatos, este atendendo a uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os desembargadores Lourival Serejo, Cleones Cunha e Cleonice Freire sugeriram alterações que foram aprovadas pelo plenário. Entre as mudanças propostas está a que determina que os recursos interpostos pelos candidatos passem a ser julgados pela Comissão do Concurso do TJMA e não mais pela instituição responsável pelo certame.

O concurso será realizado em seis etapas compostas de: uma prova escrita objetiva seletiva; duas provas discursivas; sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; uma prova oral; curso de formação e avaliação de títulos.

A duração do certame será de até 18 meses, a contar da inscrição preliminar até a homologação do resultado final. A íntegra da regulamentação será divulgada, em breve, no Portal do Judiciário.

Pleno aprova aumento salarial para servidores do Judiciário

INFORME JP - PÁGINA 3

Aumento salarial no Judiciário

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa de ontem (17), aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, desembargador Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual.

De acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3% (três por cento); em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três décimos por cento) para as funções gratificadas e cargos de Analista Judiciário, Oficial de Justiça e Comissário de Justiça; e 5% (cinco por cento) para os cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

Gedeon explicou que o objetivo da medida é repor as perdas salariais dos servidores decorrentes do processo inflacionário, de forma que o reajuste será retroativo a 1º de março de 2010.

O projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa para apreciação e posteriormente à sanção governamental.

SOBE

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão administrativa de ontem (17), aprovou projeto de lei proposto pelo presidente, desembargador Jamil Gedeon, que reajusta os valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual.

Juizado de Ribamar inaugura sede própria nesta quinta-feira

O Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar inaugura sede própria às 16h desta quinta-feira, 18. As novas instalações passam a funcionar ao lado do fórum da comarca. Com a mudança ficarão suspensas as atividades na quarta e quinta.

“Por dois dias ficarão suspensos os prazos processuais e as audiências designadas para essas datas”, informa o juiz Marcelo Libério, titular do juizado.

Atualmente tramitam no jui-

zado média de 2.000 processos virtuais e aproximadamente 600 processos físicos.

O novo prédio (Avenida Gonçalves Dias, 826) conta com salas de audiência, recepção, secretaria e gabinete do juiz. Ao todo, o imóvel tem oito dependências funcionais.

A interrupção momentânea de atividades foi informada à Corregedoria Geral da Justiça, TJMA, Coordenação dos Juizados Especiais e OAB-MA.

Inauguração

● O Tribunal de Justiça entregará nesta quinta-feira (18), às 16h, a sede própria do Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, que passa a funcionar ao lado do Fórum da comarca (Av. Gonçalves Dias s/nº - Casa da Justiça). Estarão presentes à solenidade de reinauguração o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza e o juiz titular do juizado, Marcelo José Amado Libério.

VILA BOB KENNEDY - UM ANO

Insegurança social ainda ronda as 44 famílias que tiveram casas derrubadas

POR JÚLLY CAMILO

Um ano após uma ação de despejo que repercutiu até nacionalmente, as 44 famílias (aproximadamente 120 pessoas) que resistiram e conseguiram na Justiça o direito de morar no loteamento Bob Kennedy (atual Residencial Menino Gabriel), em Paço do Lumiar, ainda temem uma nova tentativa de desalojá-los e padecem com a desassistência do poder público em relação ao lugar. Durante toda a manhã de hoje, a comunidade, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA e a Defensoria Pública, entre outras entidades, realizarão um ato no loteamento para lembrar a luta pela moradia e comemorar o primeiro ano de vida do menino Gabriel Sousa Ferreira, que deu nome ao local. Ele foi dado à luz pela trabalhadora doméstica Gillene Sousa no dia do tumulto.

Segundo a tesoureira da Associação de Moradores Residencial Menino Gabriel, Débora Rosana Fontenelle da Silva, de 29 anos, a comunidade soube que a prefeita Bia Venâncio, de Paço do Lumiar, teria pago à proprietária do terreno Ercília Cordeiro apenas os 30% referente ao sinal de compra e venda da área, restando ainda o pagamento de R\$ 68 mil. Em decorrência disso, os moradores temem que Ercília resolva novamente acionar a Justiça para tentar obter a posse da área.

"Depois de todo o tumulto, a Prefeitura sumiu e continuamos sem serviços essenciais, como água encanada, saneamento básico, infraestrutura, saúde, segurança e educação. A escola mais próxima é no Maiobão, a meia hora de bicicleta; e não tem posto de saúde, nem da PM", disse Débora.

A moradora explicou que não há esgoto, e a água que abastece o loteamento vem de poços artesianos cavados pelos próprios moradores.

Ainda segundo Débora, a comunidade paga mensalmente à quantia de R\$ 5 à Associação de Moradores, dinheiro este que está sendo usado para a construção de uma galeria e raspagem das ruas - que, por não serem asfaltadas, possuem desníveis e inúmeras elevações.

"No inverno, a principal saída do bairro alaga e se transforma num rio, impedindo nossa passagem e tornando o percurso muito mais longo; por isso, compramos os tubos e manilhas e vamos executar o serviço que deveria ser da Caema e da Prefeitura. Também estamos raspando as ruas e deixando tudo na picarra batida para melhorar as condições de tráfego de pedestres e veículos", afirmou Débora.

Luciana Silva, de 37 anos, lamentou a péssima situação em que se encontra o lugar e contou

que ainda não teve condições financeiras de reerguer sua casa de alvenaria derrubada há um ano. Ela disse que sua irmã também teve o imóvel posto abaixo e que a família teve de se juntar e levantar um casebre de taipa, a fim de não permanecerem todos ao relento.

"É difícil começar do zero sem nenhuma condição financeira. Na época em que ergui minha casa, eu estava doente e mesmo assim trabalhei duro para conseguir construir um 'canto' para mim. Hoje, durmo com minha irmã e meu cunhado num cômodo apertado da casinha de taipa que fizemos. Meus sobrinhos armam as redes embaixo das árvores, porque não espaço para todos lá dentro, mas quando chove é um Deus nos acuda", relatou Luciana.

Emocionada, a moradora disse, ainda, que não tem mais condições de trabalhar devido a problemas de saúde e que por isso o desespero é maior.

Para Luciana, a data de hoje é triste. Mas pode também ser de esperança se a comunidade conseguir ter o ânimo renovado para seguir brigando pela regularização fundiária total da área.

Menino Gabriel virou símbolo da luta por moradia digna

Em 18 de novembro de 2009, um trator e 60 homens da PM cumpriram, em meio a cenas de revolta e desespero protagonizadas pelos mais de 100 moradores da Vila Bob Kennedy, em Paço do Lumiar (a 22 km de São Luís), uma liminar de reintegração de posse, expedida pela juíza Jacqueline Reis Caracas, da 1ª Vara de Paço do Lumiar. A ordem judicial determinava a reintegração de posse do terreno à proprietária Ercília Cordeiro. No meio do tumulto, Gillene Sousa, de 27 anos, entrou em trabalho de parto. Gabriel Sousa Ferreira nasceu horas depois.

O despejo da Vila Kennedy teve repercussão nacional. A Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA,

a Defensoria Pública do Estado (Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária) e até a Ouvidoria Nacional da Secretaria dos Direitos Humanos, por meio de seu titular, Fermino Fêchio, intervieram no assunto. Fêchio esteve no Maranhão.

Em dezembro de 2009, os moradores saíram vitoriosos, graças a um decreto de desapropriação do terreno em favor deles, possibilitado após uma liminar expedida pelo juiz Jaime Araújo, do Tribunal de Justiça do Estado.

Os moradores passaram a chamar o local de Residencial Menino Gabriel, em referência à criança que nasceu no dia do despejo.

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), por meio do Núcleo Psicossocial, realizou estudo recente

que apontou o estado de abandono em que se encontram as famílias que vivem no loteamento.

Os moradores continuam vivendo em condições precárias, vítimas do descaso do poder público local.

Foi prometido apoio da prefeita Bia Venâncio para reconstrução de suas casas, mediante um programa habitacional, mas isso não foi cumprido.

"Vivemos em uma situação difícil, ninguém tem casa para morar. Estamos morando em barracos de taipa e recebendo doações de pessoas que se sensibilizam com a situação da comunidade", reclama o presidente da Associação de Moradores, Antônio Luciano Aguiar Bandeira. *(Redação do JP)*

FOTOS: G. FERREIRA



Sem apoio do poder público, muitos moradores do loteamento vivem hoje em casebres



Débora Rosana teme por um novo despejo

Prezado Dr. Pêta;

Quero ver agora qual será a posição do Governo do Estado em relação ao reajuste salarial dos funcionários públicos, haja vista que a Assembléia Legislativa aprovou dois reajustes para os servidores do Ministério Público, sendo que o primeiro tem efeito retroativo a janeiro de 2010 e o segundo a partir de janeiro de 2011. Seguindo a mesma linha, o Tribunal de Justiça também encaminhará nos próximos dias o reajuste para os seus funcionários, da mesma forma, com efeito retroativo. Tais medidas foram justificadas porque o estado não cumpriu a constituição no que diz respeito ao reajuste anual dos salários dos funcionários públicos estaduais, como sempre vinha sendo feito. Espero que a governadora trate bem os funcionários públicos do Maranhão, pois é inaceitável tamanha discriminação.

*(Marco Antonio – Cohafuma,
São Luís MA)*

Índice de sub-registro cai em todo Maranhão

O Maranhão foi destaque em recente pesquisa realizada pelo IBGE sobre o índice de sub-registro de nascimento. Nos últimos dez anos, o estado apresentou a maior redução, onde o índice caiu de 76,6% para 25%. O Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania" (RCN), iniciativa do Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc) é um dos responsáveis pela erradicação do sub-registro.

Para a coordenadora do RCN, Maria de Jesus Bezerra, os fatores que levaram o Maranhão a apresentar esses índices são reflexos de uma série de ações desenvolvidas para aumentar o acesso ao documento.

"A questão da necessidade da certidão para participar de programas sociais dos governos, a criação de postos dentro das maternidades e a melhoria do acesso aos serviços cartoriais contribuíram muito para esse avanço que tivemos no Maranhão", destacou Maria de Jesus Bezerra.

"O RCN tem obtido sucesso por conta da integração dos órgãos parceiros como a Corregedoria Geral da União, Secretarias Municipais, Prefeituras, Cartórios e o Tribunal de Justiça", explicou Maria de Jesus.

PRIMORDIAL

Segundo ela, o RCN tem sido fundamental para a erradicação do sub-registro no Estado, pois ele vai muito além de realizar

mutirões para emissão da certidão de nascimento. "Além de ações para a emissão do documento, o projeto cria nos municípios um Comitê Gestor, que tem por objetivo trabalhar de forma permanente orientando a população e encaminhando aos cartórios aqueles que não possuem a certidão", enfatizou.

Até o momento, o RCN já capacitou 155 agentes e formou 15 Comitês Gestores Municipais. Maria de Jesus destaca que os membros dos Comitês, constituídos de agentes de saúde, funcionários das prefeituras, professores e sociedade civil, são capacitados por uma equipe de articulação da Sedihc para exercerem o papel de fiscalizadores, explicando a importância do documento e informando de que forma ele pode ser emitido.

Para a coordenadora, o Governo do Estado tem dado todo o apoio para que o Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania" possa alcançar sua meta, que é reduzir o sub-registro civil de nascimento no Maranhão para 8,5%. "A Sedihc está desenvolvendo esse trabalho com muito sucesso, inclusive somos referência em relação a execução dos mutirões, pois temos uma equipe de articulação estruturada e atuante", ressaltou.

A coordenadora ressaltou também a importância do Projeto "Registro Civil: O Nascimento da Cidadania", que já atendeu mais de 30 municípios e emitiu cerca de 1300 certidões em todo o Maranhão.

Juízas promovidas para Timbiras e Nunes Freire

As juízas Daniela de Jesus Bonfim Ferreira (titular de Riachão) e Raquel Araújo Castro Teles de Menezes (titular de Poção de Pedras) foram removidas para as comarcas de Timbiras e Governador Nunes Freire, respectivamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento, na sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça desta quarta-feira, 17. As promoções receberam manifestação favorável do corregedor-Geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

A vaga em Timbiras estava aberta com a remoção da juíza Denise Cysneiro Milhomem para Icatu. Em Governador Nunes Freire, pela remoção do juiz Lúcio Paulo Fernandes Soares para Humberto de Campos.

DESISTÊNCIA

A primeira remoção em pauta - para São João Batista, por merecimento - não foi apreciada pelos desembargadores com a desistên-

cia do juiz Aureliano Coelho Ferreira, titular de Sucupira do Norte e único concorrente. O magistrado não explicou o motivo para quer continuar em Sucupira.

A vaga em São João Batista foi aberta com a promoção do juiz Cristiano Simas de Sousa para a 1ª Vara de Chapadinha.

José Edilson Caridade Ribeiro (6ª Vara da Fazenda Pública), Adinaldo Ataídes Cavalcante (2º Juizado Cível e das Relações de Consumo, na UEMA), Luzia Madeiro Neponucena (1ª Vara da Fazenda Pública), Josemar Lopes Santos (1ª Vara Cível) e Luis Pessoa Costa (12º Juizado Cível e das Relações de Consumo, no João de Deus) são os cinco juízes de São Luís que irão compor o quorum do Plenário e Câmaras Reunidas e Isoladas, de acordo com o artigo 77 do regimento interno do Tribunal de Justiça.

Os nomes dos juízes foram sorteados pelo desembargador Antonio Bayma Araújo, decano do TJMA.

Justiça maranhense aprova calendário do próximo ano

Os dias em que não haverá expediente forense nos órgãos da justiça estadual no ano de 2011 foram definidos em ato da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, aprovado pelo Pleno em sessão administrativa realizada ontem, 17, em São Luís.

O desembargador presidente, Jamil Gedeon, justificou ser necessário planejar e organizar as atividades do Judiciário, especialmente as audiências e os plantões judiciais e informar, com antecedência, aos magistrados, advogados, partes processuais e servidores, para que estes possam se organizar e planejar suas atividades previamente.

Nos dias em que não houver expediente forense, o mecanismo de apreciação dos requerimentos judiciais permanece como de "natureza urgente" e seguirá o que normalmente ocorre: através dos plantões.

As horas não trabalhadas referentes aos dias relacionados em datas compreendidas entre feriados e finais de semana poderão

ser compensadas, em período oportuno do mesmo exercício, à razão de 1 hora por dia, a critério da Presidência do TJMA. Já os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a compensação pelo Judiciário.

Em relação à comarca de São Luís, foram estipuladas as datas em que o expediente será suspenso por ocasião dos feriados municipais, que devem ser respeitados. O mesmo deve ocorrer nas comarcas do interior, devido às comemorações das datas de emancipação dos municípios.

A Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA está finalizando a produção de um calendário 2011 que será distribuído gratuitamente entre magistrados, servidores, órgãos do sistema judiciário e imprensa em geral, que informará aos usuários sobre os feriados forenses, contendo as datas de ponto facultativo e suspensão de expedientes aprovadas pelo Pleno.

QUANTOS VÃO SAIR?

-Está se aproximando a hora das várias organizações que atuam no Complexo Penitenciário de Pedrinhas começarem a elaborar a lista dos presos que terão indulto natalino assim como os que poderão passar o Natal com a família. Em anos anteriores muitos dos beneficiados aproveitam a folga para fazer um assalto ali, agredir outro lá e por aí vai. Depois de toda aquela confusão que culminou com a execução de 18 pessoas, como vai ser feita a escolha dos indultados? Quem será beneficiado com a liberdade condicional? É um caso sério. No Brasil preso tem mais direitos de quem está solto. Tirando a privação da liberdade...